



# neps

Boletim Informativo

Núcleo de Estudos de População e Sociedade | Instituto de Ciências Sociais | U.M. | Guimarães | 22 | Novembro de 2001

editorial

Elisabete Pinto

EDITORIAL  
*Genealogias na internet*  
♦ Elisabete Pinto

FALANDO DE  
DEMOGRAFIA HISTÓRICA...  
♦ Maria Norberta Amorim

ARGUMENTOS:  
• *Formação do corpo docente e valores na sociedade brasileira: a feminização da profissão* (conclusão)  
♦ Maria Christina S. S. Campos

• *Notas sobre a evolução da população na cidade do Porto e dos concelhos limítrofes entre os séculos XIX e XX*  
♦ Rui Leandro Maia

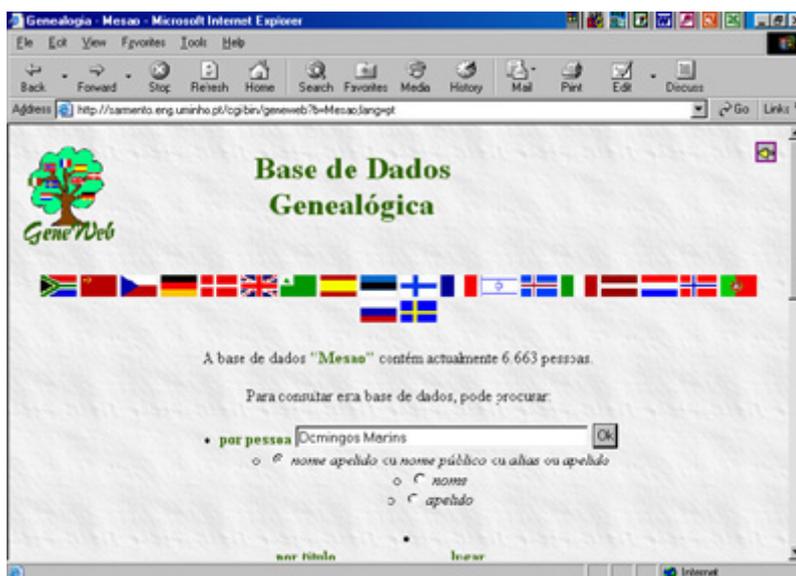
NOTÍCIAS:  
• *III Congresso Histórico de Guimarães*  
♦ *D. Manuel e a sua época*  
  
• *Novas publicações*

## Genealogias na internet

No âmbito do III Congresso Histórico de Guimarães, o Núcleo de Estudos de População e Sociedade da Universidade do Minho apresentou uma base de dados genealógica, que pode

ser consultada através da internet, aplicada aos registos de baptizados, casamentos e óbitos.

A organização desta informação permitiu a formação de bases de dados com o percur-



ser consultada através da internet, com informação sobre os nascidos nas paróquias urbanas de Guimarães.

Trata-se de um trabalho que resulta de um protocolo estabelecido entre o NEPS e a Câmara Municipal de Guimarães, elaborado a partir da metodologia de reconstituição de paróquias de Maria Norberta Amo-

so de vida em encadeamento genealógico, de cada indivíduo identificado num determinado contexto geográfico.

A metodologia de reconstituição de paróquias está a ser utilizada por um número significativo de outros investigadores, dispondo o NEPS de algumas dezenas de bases de da-

## Genealogias na internet

dos já disponíveis na internet.

Além das paróquias S. Paio, Oliveira, S. Sebastião, Fermentões e Mesão Frio, pertencentes ao concelho de Guimarães, já está disponível na internet a base de dados genealógica relativa a Romarigães (Viana do Castelo), Esporões (Braga), Ribeiras, S. João e Lages (Lages do Pico - Açores), S. Mateus e S. Caetano (Madalena - Açores), Cortegaça (Ovar) e Ruivães, Santo Adrião e Avidos (Vila Nova de Famalicão). As informações podem ser obtidas no endereço [www.eng.uminho.pt/~neps](http://www.eng.uminho.pt/~neps).

Estes trabalhos resultam do esforço de alunos que frequentam mestrados e doutoramentos na Universidade do Minho e dos protocolos estabelecidos pelo NEPS com autarquias e outros organismos públicos, como a Secretaria de Estado da Cultura do Governo Regional dos Açores.

Na sessão de apresentação, a Coordenadora do NEPS descreveu a trajectória que percorreu até à criação de bases de dados demográficas, a partir do levantamento sistemático de registos de baptismo, casa-

mento e óbito de uma determinada comunidade. Do cruzamento deste enorme volume de informação, inicialmente tratada manualmente, Maria Norberta Amorim explicou que o contributo da informática permitiu uma economia de tempo no trabalho de constituição de bases de dados. Anteriormente organizada em pequenos blocos de papel, a informação sobre as famílias reconstituídas a partir dos indivíduos intervenientes num acto vital - baptizado, casamento e óbito - verificado num período temporal recuado passou a ser trabalhada com o recurso as modernas tecnologias informáticas, o que deu azo ao cruzamento intergeracional.

Apesar do levantamento exaustivo destas fontes documentais não responder à totalidade das interrogações que os investigadores em Demografia Histórica gostariam de esclarecer, os dados recolhidos permitem encontrar encadeamentos genealógicos, sempre abertos à inclusão de novas informações. Torna-se, por isso, segundo Maria Norberta Amorim,

um trabalho sempre inacabado, mas passível de sofrer constantemente contributos adicionais.

Presente na apresentação da base de dados alusiva às paróquias vimaranenses já reconstituídas e com informação genealógica já disponível na internet, o Presidente da Câmara Municipal de Guimarães saudou o esforço que tem vindo a ser exercido pela Coordenadora do NEPS, "**no aprofundamento de um trabalho que nem sempre tem sido reconhecido devidamente**". António Magalhães respondia desta forma à preocupação demonstrada por Maria Norberta Amorim, quando mencionou a falta de apoios para o desenvolvimento desta actividade. O Autarca sugeriu até a criação de parcerias com diferentes autarquias, dado que as genealogias são cada vez mais procuradas por investigadores e cidadãos comuns, movidos pela ânsia de obterem uma resposta para a pergunta: "quem somos?". •



As bases de dados genealógicas do Núcleo de Estudos de População e Sociedade já disponíveis na internet podem ser consultadas no seguinte endereço:

[www.eng.uminho.pt/~neps](http://www.eng.uminho.pt/~neps)

Embora a metodologia de reconstituição de paróquias se possa apresentar como uma metodologia adequada, para gerações anteriores ao século XIX são poucos os casos de comunidades, até hoje estudadas em Portugal, cuja sistematicidade dos registos de baptizados e óbitos pode permitir um estudo seguro da interacção das variáveis demográficas em longa duração. O caso de duas paróquias nortenhas, Esporões, nos arredores de Braga, em que se encontra registo de mortalidade infantil entre 1590 e 1719, paróquia estudada por Hermínia Barbosa (1998), e Santo André de Barcelinhos, nos arredores de Barcelos, com registo sistemático de crianças entre 1677 e 1760, paróquia estudada por Inês Faria (1998) e o caso da paróquia de S. Mateus do Pico, nos Açores, com registo de mortalidade infantil a partir dos finais da década de 1730 (Amorim, 1992), foram os primeiros casos estudados com aplicação da metodologia de reconstituição de paróquias.

O alargamento geográfico da pesquisa faz-nos conhecer hoje outras comunidades do Centro e do Sul de Portugal com registo sistemático de óbito de menores, em período anterior ao século XIX. Entre outros, é o caso, na zona Centro, da paróquia de S. Joaninho, do concelho de Santa Comba Dão, distrito de Viseu, que nos oferece, desde sensivelmente 1690, um registo de óbito de todas as crianças nascidas, mesmo aquelas que não chegaram a ir à Igreja para serem baptizadas,<sup>1</sup>.

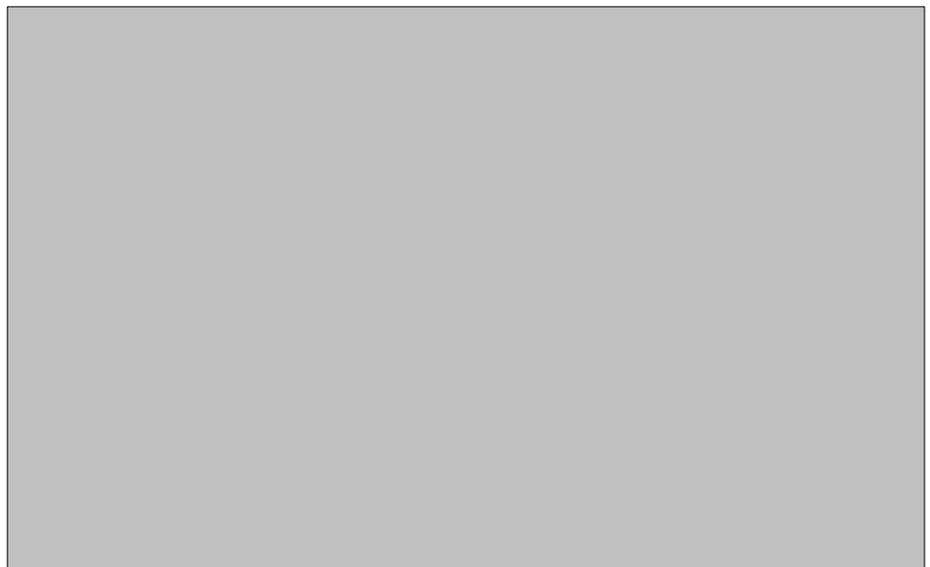
Num ensaio analítico sobre a interacção das variáveis demográficas no crescimento de uma determinada população, optámos por estudar o comportamento das gerações nascidas entre 1700 e 1799 em S. Joaninho, compara-

tivamente às gerações nascidas em S. Mateus do Pico, entre 1740 e 1799. Numa e noutra paróquia aceitamos que todas as crianças falecidas na infância foram registadas, umas, sem nome e sem baptismo solene, foram registadas apenas no livro de óbitos, outras foram alvo dos dois tipos de registo, baptizado e óbito. Aceitamos assim, que todo o movimento natural da população, nos dois casos, tenha sido registado no período em causa.

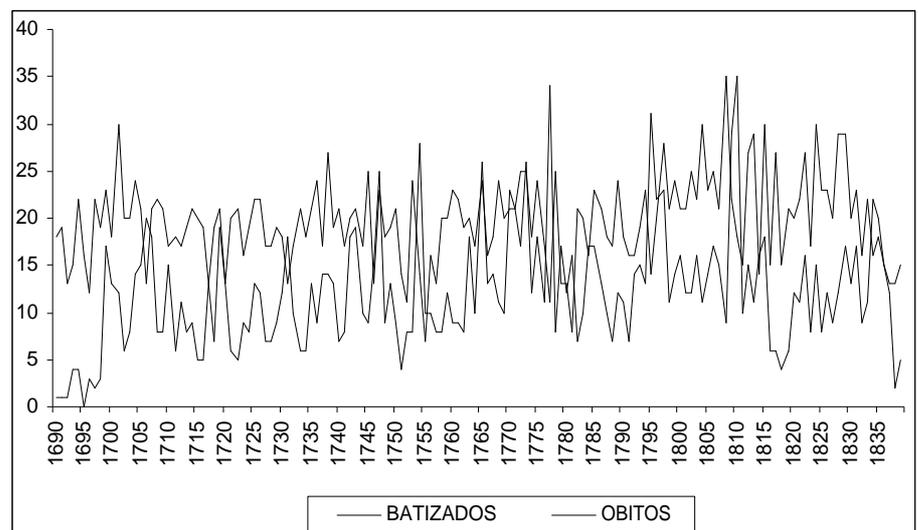
Começando por observar o movimento de nascimentos e de óbitos nos dois séculos que medeiam entre 1690 a 1889 em S. Joaninho e entre 1740 e 1889 em S. Mateus é visível o contraste. Os movimentos são bem mais estáveis em S. Joaninho do que em S. Mateus.

Os saldos fisiológicos que, antes da década de 1840, se afiguram muito elevados em S. Mateus, contrastando com a mo-

**Gráfico I**  
S. Mateus (nascimentos e óbitos) – 1740-1889



**Gráfico II**  
S. Joaninho (nascimentos e óbitos) – 1690 – 1839



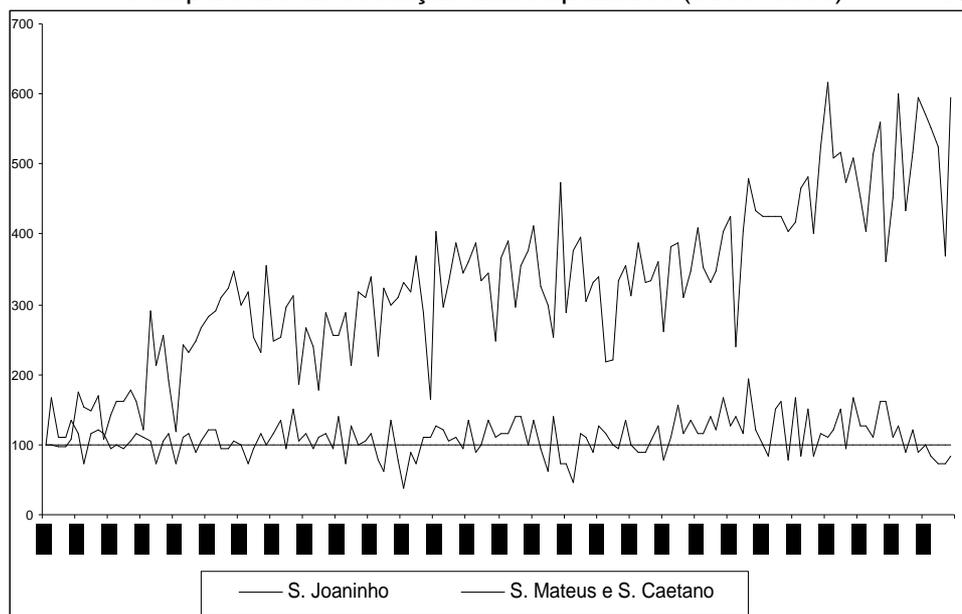
déstia dos saldos em S. Joanhinho, vão sofrer oscilações marcadas na paróquia açoriana após aquela década.

No decurso do século XVIII em S. Joanhinho as curvas de baptizados e óbitos cruzam-se frequentemente, os picos de mortalidade parecem perturbar o crescimento, enquanto em S. Mateus nos 60 anos observados apenas em um deles os óbitos sobrepõem os nascimentos.

Comparando a evolução dos baptizados nas duas comunidades entre 1700 e 1879, reduzindo a números índices (ano de 1700=100), as diferenças são muito expressivas. Enquanto no caso de S. Joanhinho a estabilidade é conseguida na longa duração, no caso de S. Mateus o crescimento é muito acelerado e poderia ser mesmo desestabilizador.

**Gráfico III**

Comparativo da evolução dos baptizados (1700-1839)



**Quadro II**

Comparativo das Taxas de Fecundidade Legítima e Descendência (gerações nascidas no século XVIII)

Paróquias	Obs.	Grupos de idades							D.T.	D.E.
		<20	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49		
S. Mateus	1207	304	380	365	338	300	185	29	9,5	5,0
S. Joanhinho	252	282	474	413	369	331	171	17	10,3	4,7

**Quadro I**

Comparativo da Idade Média ao 1º Casamento e Celibato Definitivo

Paróquias	Homens		Mulheres		Celibato Definitivo	
	I. Média	nº	I. Média	nº	Homens	Mulheres
S. Mateus (1740-1799)	28,5	1240	25,3	1399	8%	13%
S. Joanhinho (1700-1799)	29,1	232	28,0	311	21%	34%

Embora considerando à partida um diferente papel exercido pelo fenómeno Mortalidade na evolução das respectivas populações, só a análise poderá levar-nos a tirar conclusões mais seguras sobre os dois sistemas demográficos.

Começando pela análise do fenómeno da Nupcialidade, para as gerações nascidas em S. Mateus entre 1740 e 1799, encontramos para o sexo masculino uma idade média ao primeiro casamento de 28,5 anos, não muito longe dos 29,1 anos, idade média encontrada para S. Joanhinho para as

gerações masculinas nascidas no século XVIII.

No caso do sexo feminino a situação é bem diferente. Enquanto em S. Mateus as mulheres casavam em média aos 25,3 anos, em S. Joanhinho casavam aos 28,0, uma diferença capaz de alterar significativamente o nível de descendência. Se a essa situação desfavorável para S. Joanhinho juntarmos os níveis muito mais gravosos de celibato definitivo feminino, 34% de mulheres que ultrapassaram os 50 anos sem chegarem ao casamento, quando em S. Mateus a percentagem equivalente se situava nos 13%, fácil será atribuir importância ao fenómeno Nupcialidade na contenção do crescimento verificado na paróquia continental. Repare-se que no sexo masculino as diferenças são também importantes: 21% dos homens de S. Joanhinho faleceram na paróquia com mais de 50 anos sem chegarem ao casamento, enquanto em S. Mateus a percentagem se coloca nos 8%.

Calculadas depois as taxas de fecundidade das gerações nascidas em S. Mateus e em S. Joanhinho no século XVIII, a vantagem vai para S. Joanhinho, com taxas

Calculadas depois as taxas de fecundidade das gerações nascidas em S. Mateus e em S. Joanhinho no século XVIII, a vantagem vai para S. Joanhinho, com taxas

mais elevadas nas idades médias da mulher, embora para as mulheres com menos de 20 anos ou mais de 40 as taxas se apresentem mais elevadas em S. Mateus. Um indicador sintético, a descendência teórica (D.T.), para as mulheres nas condições encontradas de fecundidade que vivessem em convivência conjugal dos 15 aos 49 anos, dá 10,3 filhos para S. Joaquinho e 9,5 filhos para S. Mateus. No entanto, a descendência efectiva, o número médio de filhos que os casais tiveram de facto, foi de 5,0 por família para S. Mateus e de 4,7 filhos por família para S. Joaquinho. A idade média menos elevada ao primeiro casamento em S. Mateus e uma sobrevivência supostamente mais favorável pautariam este resultado.

Analisando depois os comportamentos de mortalidade para as gerações nascidas entre 1740 e 1799 em S. Mateus e durante todo o século XVIII em S. Joaquinho seguindo o procedimento que temos vindo a desenvolver nos nossos trabalhos<sup>2</sup> encontramos diferenças de comportamento nas duas paróquias. A esperança de

vida é marcadamente mais favorável em S. Mateus do que em S. Joaquinho, pese embora a dominância no primeiro caso de gerações mais tardias. A esperança

e também da mobilidade, contamos numa e noutra paróquia os efectivos iniciais femininos das gerações que estamos a considerar e acompanhámos a perma-

**Quadro IV**  
Comparativo da Sobrevivência das gerações femininas nascidas em cada Paróquia

	S. Mateus (Gerações nascidas entre 1740 e 1799)		S. Joaquinho (Gerações nascidas entre 1700 e 1799)	
	nº	%	nº	%
Faleceram na paróquia com menos de 25 anos	567	27	346	35
Faleceram na paróquia com 25 ou mais anos	869	42	456	46
<b>Total de falecidas na paróquia</b>	<b>1436</b>	<b>69</b>	<b>802</b>	<b>82</b>
Saíram da paróquia com menos de 25 anos	440	21	129	13
Saíram da paróquia com 25 ou mais anos	195	10	51	5
<b>Total de ausentes da paróquia</b>	<b>635</b>	<b>31</b>	<b>180</b>	<b>18</b>
Total de nascidas	<b>2067</b>	<b>100</b>	<b>982</b>	<b>100</b>

de vida à nascença é de 49 anos em S. Mateus e de 40 anos em S. Joaquinho. Aos dez anos de idade a diferença entre as duas paróquias no que respeita à esperança de vida colocava-se em cinco anos, favorável a S. Mateus. Nas idades médias as diferenças são ainda importantes, só se diluindo para os mais idosos. Repare-se que o quociente de mortalidade infantil foi de 150 por mil em S. Mateus e em S. Joaquinho de 161 por mil.

Se nos aproximarmos apenas dos fenómenos da Nupcialidade, Fecundidade Legítima e Mortalidade, mesmo utilizando os indicadores clássicos, escapam-se-nos aspectos importantes ou influentes na renovação das gerações constituídos pelos fenómenos da Fecundidade fora do casamento e da Mobilidade.

Numa observação comparativa que pretende integrar aspectos da fecundidade legítima e ilegítima

nência dessas mulheres na comunidade e o seu destino procriativo.

Considerando os 25 anos como uma idade charneira, dos efectivos iniciais do sexo feminino, 2071 indivíduos em S. Mateus (gerações nascidas entre 1740 e 1799) e 982 em S. Joaquinho (gerações nascidas entre 1700 e 1799), contamos aqueles indivíduos de que conhecemos o óbito antes e depois dos 25 anos, os que se ausentaram antes e depois dos 25 anos.

Notamos pelo quadro que dos indivíduos do sexo feminino nascidos em S. Mateus entre 1740 e 1799, 27% faleceram na paróquia com menos de 25 anos, enquanto em S. Joaquinho, para o período de 1700 a 1799, a percentagem se eleva a 35%, resultado que parece de acordo com a sobrevivência mais favorável detectada na paróquia açoriana, pessem embora as diferenças de comportamento no que respeita à mobilidade.

De facto, em S. Mateus, o to-

**Quadro III**

Comparativo da Esperança de vida

Anos	S. Joaquinho (gerações nascidas no século XVIII)			S. Mateus (gerações nascidas entre 1740 e 1799)		
	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total
0	40	41	40	49	48	49
5	51	51	51	58	57	58
10	49	49	49	54	54	54
15	45	45	45	50	50	50
20	41	41	41	46	46	46
25	37	37	37	42	42	42
30	33	33	33	38	39	38
35	29	30	29	34	35	34
40	26	26	26	30	31	30
45	23	23	23	26	27	27
50	20	19	19	23	24	23
55	17	16	17	19	20	19
60	14	13	14	16	16	16
65	11	11	11	12	13	13
70	9	9	9	10	11	10
75	7	7	7	7	8	8
80	6	5	6	5	6	6

tal de mulheres dessas gerações que se ausentaram, atinge 31%, colocando-se nos 21% a percentagem de ausentes antes dos 25 anos. Em S. Joaninho essas percentagens colocam-se, paralelamente, nos 18% e 13%.

Apesar dos níveis mais elevados de saídas definitivas na paróquia açoriana, encontramos 51% de mulheres que sobreviveram na paróquia aos 25 anos contra 48% em S. Joaninho.

Sabemos assim que a idade média ao primeiro casamento em S. Joaninho era bem mais elevada do que em S. Mateus, que na paróquia continental era menor o número médio de filhos por família e menor a esperança de vida em todas as idades. Sabemos também que as mulheres de S. Joaninho foram menos afectadas pela mobilidade do que as de S. Mateus, sem que o facto chegasse a compensar os efectivos perdidos pela mortalidade.

Resta-nos avaliar a forma como as mulheres naturais e residentes em cada uma das paróquias geriram os seus comportamentos reprodutivos e em que medida mulheres de fora vieram

compensar as saídas das naturais.

Assim, consideraremos, em relação a todas as famílias com filhos nascidos entre 1765 e 1799 em S. Mateus e entre 1725 e 1799 em S. Joaninho (considerámos um desfazamento de 25 anos em relação ao nascimento das gerações femininas em análise), o peso das mães naturais com filhos ilegítimos e o peso das mulheres de fora que tiveram filhos nas paróquias em causa.

Pelo quadro se verifica que, da totalidade das famílias com filhos, 79% eram famílias legítimas com mães naturais da paróquia, enquanto em S. Joaninho a percentagem correspondente se quedava nos 58%. Para as diferenças encontradas entre a paróquia açoriana e a continental contribui não só o maior número de mulheres com filhos nascidos fora do casamento em S. Joaninho, mas principalmente o maior peso nesta última paróquia de mulheres não naturais. Reparemos que em S. Mateus apenas 7% das mulheres a procriar eram de fora, enquanto em S. Joaninho se atingia os 22%.

Parece-nos poder concluir que a situação de relativo equilíbrio entre nascimentos e óbitos encontrada em S. Joaninho ao longo de dois séculos (1690-1889) decorre fundamentalmente das limitações na acessibilidade ao casamento, com idades médias muito elevadas ao primeiro casamento feminino e celibato definitivo frequente. Os níveis baixos de descendência legítima sofriram alguma compensação com os nascimentos fora do casamento. Tanto a mortalidade como a mobilidade se posicionavam em níveis moderados para a época, notando-se um equilíbrio sensível entre a entrada e a saída de mulheres em idade de procriar.

No caso de S. Mateus a mobilidade das mulheres nascidas na paróquia não foi compensada pela entrada de mulheres de fora, mas uma esperança de vida particularmente favorável para a época e uma acessibilidade ao casamento menos penalizadora, mesmo contando com níveis baixos de nascimentos fora do casamento, foram de molde a distanciar, na longa duração, a curva dos nascimentos em relação à curva de óbitos. •

#### Quadro V

Comparativo das mulheres da paróquia com filhos ilegítimos e mulheres de fora com filhos

	S. Mateus (filhos nascidos entre 1765 e 1824)		S. Joaninho (filhos nascidos entre 1725 e 1824)	
	Nº	%	Nº	%
<b>Mães naturais da paróquia com filhos ilegítimos</b>	<b>156</b>	<b>14</b>	<b>107</b>	<b>21</b>
Mães de fora com filhos ilegítimos	11	1	20	4
Total de mães com filhos ilegítimos	167	15	127	25
<b>Total de mães de fora com filhos</b>	<b>80</b>	<b>7</b>	<b>112</b>	<b>22</b>
<b>Mães naturais da paróquia com filhos ilegítimos + total de mães de fora com filhos</b>	<b>236</b>	<b>21</b>	<b>219</b>	<b>42</b>
<b>Mães naturais da paróquia com filhos legítimos</b>	<b>883</b>	<b>79</b>	<b>299</b>	<b>58</b>
Total de famílias com filhos	1119	100	518	100

1 Admitimos que algumas destas crianças *sem nome, por nascer e morrer*, tenham sido nadas mortas e que o escrúpulo em baptizar no acto do nascimento, mesmo que só se visse um pequeno membro, tenha levado ao registo do seu nascimento

2 Conhecendo-se a data de óbito de todos os falecidos em cada paróquia, foi marcado um fim de observação convencional para todos os falecidos no exterior. No caso de famílias móveis foi marcado, por defeito, para cada um dos membros dessa família como data de saída a última data familiar conhecida. Para indivíduos isolados foi marcado convencionalmente como fim de observação o dia do 20º aniversário.



## III Congresso Histórico de Guimarães Consolidação nacional



Organizado pela Câmara Municipal e pelo Núcleo de Estudos da População e Sociedade da Universidade do Minho, realizou-se, entre 24 e 27 de Outubro, o III Congresso Histórico de Guimarães, dedicado ao Rei D. Manuel I e ao seu tempo. Depois da projecção conseguida com o II Congresso Histórico de Guimarães dedicado a D. Afonso Henriques, para o Presidente da Câmara Municipal de Guimarães, Dr. António Magalhães, a terceira edição do evento demonstrou a necessidade de realizar a iniciativa ciclicamente. António Magalhães fez questão de assinalar “o êxito” que constituiu o encontro da comunidade científica do País, pela qualidade dos temas apresentados sobre a época de D. Manuel I.

A partir da experiência recolhida à luz da organização das duas últimas edições, na sessão de encerramento, realizada no último sábado, no Paço dos Duques de Bragança, o Autarca vimaranense considerou que, **“o II Congresso permitiu lançar bases tão sólidas ao nível da importância de um evento desta natureza que, frágil será o poder municipal que não lhe der continuidade no futuro”**.

Reconhecendo que **“nem tudo aquilo que há cinco anos de decidiu teve êxito”**, numa clara alusão à pretensão da criação do Museu de D. Afonso Henriques, António Magalhães salientou que

a concretização do projecto **“é difícil”**. Mesmo assim, a prioridade é **“dar continuidade à organização cíclica dos eventos, com a qualidade que tem sido conseguida nas edições já realizadas”**.

Sem esconder que o retomar da iniciativa, organizada pela primeira vez em 1979, muito deve ao entusiasmo concedido pelo Prof. Diogo Freitas do Amaral, o Presidente da Câmara manifestou o interesse em dar continuidade ao evento.

Pouco depois, coube ao Presidente do Congresso apresentar as conclusões tecidas pelos participantes, entre as quais figurava a indicação da realização da IV edição do Congresso Histórico de Guimarães, no ano 2006. Diogo Freitas do Amaral esclareceu a sua ligação à organização do evento. **“Não apenas pelo gosto pela história, mas pelo grande amor a Guimarães transmitido pelo meu pai que quando era muito pequeno me ensinou: ‘quando te perguntarem de onde és, tu respondes: eu nasci na Póvoa, mas sou de Guimarães’**. Não tenho esquecido essa lição e tenho procurado contribuir para ajudar Guimarães a progredir como merece e a preservar herança muito valiosa que recebeu do seu passado”, confessou Diogo Freitas do Amaral, na sessão de encerramento do III Congresso Histórico

de Guimarães.

Ao apresentar as conclusões, o Presidente do III Congresso revelou que os participantes **“congratularam-se pela rápida publicação das actas do II Congresso e reiteraram o voto no sentido da instituição em Guimarães de um Museu de D. Afonso Henriques”**.

Quanto ao tema escolhido - D. Manuel e a sua época - **“revelou-se muito oportuno e propício do aprofundamento dos estudos históricos sobre a matéria”**, tendo os congressistas sido incentivados a contribuir com os seus conhecimentos para as comemorações previstas para o de 2002 **“das figuras históricas de Pedro Nunes, Damião de Góis e Gil Vicente”**.

Já na sessão de abertura, o Ministro da Cultura tinha assinado essa dimensão que o III Congresso Histórico de Guimarães poderia revestir. Em representação do Primeiro Ministro, Augusto Santos Silva enalteceu a importância dos contributos dos diversos investigadores que participam no evento para o aprofundamento da reflexão **“sobre o que é o Portugal na transição da Idade Média para a Modernidade”**.

O relevo destes contributos torna-se ainda mais importante, no entender do Ministro da Cultura, na medida em que se avizinha comemoração de efemérides de personalidades marcantes do



## III Congresso Histórico de Guimarães

reinado do monarca “**Venturoso**”: Gil Vicente, Damião de Góis e Pedro Nunes. “**São três personalidades suficientemente contrastadas entre si, mas significativas do que está em jogo quer no nosso século XVI, quer no nosso XXI para que tenhamos a obrigação de não passar ao lado dessas efemérides, antes pelo contrário devemos usá-las como motivo de reflexão**”, considerou o Ministro da Cultura, acrescentando que “**é impossível pensar a ciência no século XVI sem evocar Pedro Nunes; é impossível pensar nos dilemas dos intelectuais no século XVI sem pensar no Damião de Góis; é impossível abordar a crítica social sem pensar no Gil Vicente**”.

Fazendo votos para que o III Congresso Histórico de Guimarães venha trazer à comunidade científica novos contributos sobre o contexto social, político e cultural em que se desenvolveu a

expansão ultramarina no território nacional, Augusto Santos Silva indicou que o evento “**é um motivo de júbilo para esta cidade que terá brevemente, outro motivo de júbilo porque merece ser Património da Humanidade**”. O governante mostrou-se convencido que “**instância competente**” reconhecerá essa distinção no mês de Dezembro.

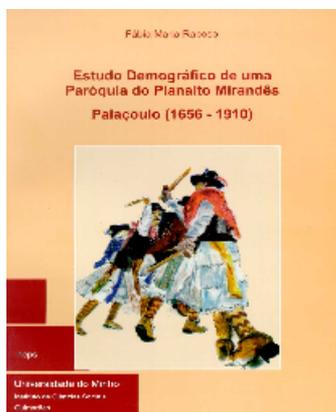
Por sua vez, o Presidente do III Congresso justificou a escolha centrada no reinado de D. Manuel I, depois das anteriores edições terem dedicado atenção a Guimarães e sua Colegiada, em 1979, e D. Afonso Henriques e a sua época, em 1996, com a necessidade de privilegiar o estudo sobre o período que marca a transição entre a Idade Média e a Idade Moderna, em Portugal. “**D. Manuel I não foi apenas um rei venturoso que saboreou sem esforço, sem contributos pessoais, os frutos das árvores plantadas pelos seus**

**antecessores. Não foi apenas um rei pitoresco que enviou uma extraordinária Embaixada ao Papa com elefantes, tigres e artistas que com as suas piruetas fizeram rir Sua Santidade. Não foi apenas um rei que, no campo religioso, tomou a infeliz decisão de expulsar os judeus de Portugal**”, indicou Diogo Freitas do Amaral.

O Presidente do Congresso destacou que D. Manuel I foi um monarca “**atento a todos os sectores da administração pública, à assistência social e à rigorosa administração financeira dos rendimentos que Portugal começava a receber do Brasil e da Índia**”. Temas pouco aprofundados pelos trabalhos publicados sobre este período, essencialmente vocacionados para a expansão ultramarina, mas que vão conhecer um novo contributo com as investigações apresentadas no III Congresso Histórico de Guimarães. •

### Novas publicações

Fábia Maria Raposo e Francisco Messias Trindade Ferreira acabam de publicar dois estudos demográficos resultantes de dissertações de Mestrado em História das Populações, defendidas na Universidade do Minho. Estes trabalhos são particularmente significativos por trazerem importantes achegas para o conhecimento das populações de espaços geográficos até hoje pouco estudados. Estes trabalhos serão analisados no próximo *Boletim Informativo do Neps*.



**Estudo Demográfico de uma Paróquia do Planalto Mirandês. Palaçoulo (1656-1910)**, de Fábila Maria Raposo, Coleção Monografias do Neps, Neps/ICS – Universidade do Minho, Guimarães, 2001.



**A Antiga Freguesia de Eixo e Oliveirinha e a sua População (1666-1900). Estudo Demográfico**, de Francisco Messias Trindade Ferreira, Coleção História, Câmara Municipal de Aveiro, 2001.

## Formação do corpo docente e valores na sociedade brasileira: a feminização da profissão\*

### O MAGISTÉRIO E SUA FORMAÇÃO NA PRIMEIRA REPÚBLICA

No âmbito do sistema educacional, a proclamação da República conduziu a uma certa troca de orientação, que teve mais influência a longo prazo e deu novos traços a um sistema educacional que até então não podia ser caracterizado como tal. Em termos educacionais verificaram-se inúmeras tentativas de reformular o ensino, que se traduziram em vários projectos de lei, que se seguiam em uma periodicidade aproximada de dez anos, os primeiros dos quais reflectiam uma acentuada influência positivista. Continuou, entretanto, a dependência administrativa das escolas primárias e normal sob a responsabilidade das unidades da federação, a partir de então denominadas estados. Uma série de factores, entretanto, impediu que o sistema educacional tivesse maior expansão, factores esses que po-

dem ser identificados na densidade extremamente débil da população, nas grandes diferenças de capacidade económica-financeira dos estados e na grande extensão geográfica de um país carente de meios eficientes de transporte e comunicação. Assim, São Paulo, Minas Gerais e o Distrito Federal (Rio de Janeiro) puderam expandir seu sistema de ensino primário e normal seguindo a nova corrente de renovação pedagógica, enquanto os outros estados ficaram para trás.

A actuação de São Paulo no campo da educação primária e normal durante os primeiros anos republicanos exerceu uma grande influência sobre os outros estados da federação, que enviaram especialistas ou solicitaram o envio de professores para orientar a reorganização de seu sistema de ensino. Somente Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e o Distrito Federal ficaram imunes a essa liderança,

segundo orientação própria em suas reformas. De modo geral, constata-se uma tendência de prolongamento da formação básica dos professores em vários estados. No Rio de Janeiro, por exemplo, uma reforma votada em 1917 aparecia como uma primeira reacção contra a brevidade do tempo de preparação dos candidatos ao magistério, dividindo o

curso da Escola Normal em dois ciclos, um preparatório e outro propriamente profissional. São Paulo introduziu, pouco depois, um curso complementar ao primeiro, de dois anos, como condição de admissão a suas escolas normais, exemplo esse que foi seguido em muitas outras unidades da federação.

As diversas tentativas de reformas educacionais reflectiam os diferentes acontecimentos políticos e sociais da época; configura-se o Brasil, então, como uma nação politicamente independente, saída, fazia pouco tempo, de um regime monárquico, procurando encontrar seu caminho em termos políticos e económicos, mas ainda dominada por uma oligarquia latifundiária, ainda que em "declínio", nas palavras de Nelson Werneck Sodré<sup>24</sup>, ocasionado pelo surgimento de novas forças sociais e de certas modificações na estrutura económica.

No período da Primeira República, que se estendeu até 1930, notava-se em todo o país um início do processo de profissionalização do curso normal pela inclusão em seu currículo de disciplinas de carácter pedagógico e de fundamentação para a compreensão do processo educativo. O desequilíbrio sempre encontrado entre as disciplinas de cultura geral e as de cunho profissionalizante nos programas de preparação ao magistério e em favor das primeiras era, muitas vezes, o resultado de um esforço de situar a escola normal entre os outros ramos de ensino médio, especialmente o secundário, tentando, assim, outorgar à profissão maior prestígio. Mas essa tentativa geralmente tinha consequências negativas, pois acabava desviando seus alunos da carreira docente. Esse movimento pendular, pelo qual tanto a formação dos professores se orientava para uma educação bastante geral, quanto se aproximava de uma escola

\* A primeira parte deste artigo foi publicada no n.º 21 do Boletim Informativo do Neps.

Quadro 2  
Matrículas e Conclusões do Curso na Escola Normal de São Paulo – 1890 a 1911

ANOS	ALUNOS MATRICULADOS			DIPLOMADOS		
	Masc.%	Femin.%	Total	Masc.%	Femin.%	Total
1890	43,98	56,02	191	45,61	54,39	57
1891	38,62	61,38	145	56,10	43,90	41
1892	36,96	63,04	138	37,50	62,50	32
1893	33,06	66,94	121	47,37	52,63	19
1894	31,54	68,46	130	37,50	62,50	35
1895	21,32	78,68	136	37,50	62,50	24
1896	23,16	76,84	190	44,44	55,55	9
1897	21,86	78,14	183	25,93	74,07	27
1898	23,16	76,84	190	12,50	87,50	24
1899	20,73	79,27	246	18,00	82,00	50
1900	27,34	72,66	278	26,32	73,68	38
1901	26,79	73,21	321	28,26	71,74	46
1902	32,74	67,26	339	16,22	83,78	74
1903	37,16	62,84	296	36,36	63,64	55
1904	31,09	68,91	267	23,88	76,12	67
1905	31,56	68,64	236	39,47	60,53	76
1906	19,74	80,26	309	32,65	67,35	49
1907	18,18	81,82	374	22,73	77,27	44
1908	16,49	83,51	461	20,00	80,00	65
1909	15,53	84,47	515	13,75	86,25	80
1910	16,39	83,61	592	16,04	75,47	106
1911	-	-	-	14,88	85,12	168
Total	24,78	75,22	5658	26,48	73,52	1186

Fonte: Cálculos com base nos dados de Tanuri, 1979, p. 118 e 120.

## Formação do corpo docente e valores na sociedade brasileira

profissionalizante, é um sinal da ambivalência por parte dos legisladores e autoridades em relação a seus objectivos e à imagem desse ramo de ensino.

Somente pouco antes do final do século passado passaram as mulheres a frequentarem em maior quantidade as escolas normais e a exercer pela primeira vez a profissão de professoras. Nesse fenómeno reflecte, de um lado, uma certa transformação dos valores vigentes e, de outro, também e, paradoxalmente, a permanência dos padrões de comportamento tradicionais. Através da penetração do sexo feminino nesta profissão reforçou-se a imagem de que a actividade docente era uma profissão de segundo nível ou complementar. A formação considerada adequada para as alunas-mestras foi, durante bastante tempo, distinta da ministrada aos homens, seguindo primeiro a mesma orientação já comum ao ensino primário, que tinha um currículo mais simplificado para as meninas e, depois, como já se mencionou, o pensamento de que o mister do ensino era um prolongamento das actividades do lar para a mulher, não havendo, assim, necessidade de preparação mais especializada. Ao lado disso, surgiu o desempenho da actividade docente para as mulheres como uma forma conveniente de dar destino às jovens pobres e órfãs que não se orientavam até o casamento, primeiro fim a que as mulheres

deveriam aspirar na sociedade tradicional.

Os dados apresentados no quadro 3, abaixo, mostram que, ao fim da Primeira República, a feminização da profissão docente em São Paulo era um fato, já que as mulheres constituíam a grande maioria dos diplomados nas escolas normais oficiais, numa proporção bastante mais acentuada, se compararmos esses dados com os evidenciados no quadro 2, apresentado acima. Na última década do século passado vê-se que havia bastante oscilação, podendo-se notar somente a partir de 1897 uma tendência clara do sexo feminino assumir uma maioria considerável entre os egressos das escolas formadoras de professores primários.

Em termos de ensino, de modo geral, constata-se, já a partir de 1920 em São Paulo, uma opção nítida pela quantidade em detrimento da qualidade, por influência da difusão de ideias liberais em educação. Assim, procurou-se elevar o número das escolas primárias em todo o estado, ao mesmo tempo em que se equiparavam as escolas normais particulares, denominadas "livres", às oficiais, de modo que todos os diplomados tivessem os mesmos direitos e pudessem actuar nas escolas elementares, desde que passassem por concurso de selecção (1927). Também procurou-se elevar o nível de formação, estabelecendo um único tipo de formação em nível secundário, com a eliminação das normais primárias. Nessa época diferentes reformas, com orientações diversas, levaram Tanuri a falar de "dança das estruturas do curso Normal".

### AS REFORMAS A PARTIR DA REVOLUÇÃO DE 1930 E O MAGISTÉRIO

Grandes transformações económicas, políticas, sociais e educacionais ocorreram no país a partir da revolução de Getúlio Vargas, em 1930. Infelizmente a falta de espaço não permite analisá-las aqui. Assim mesmo, é necessário comentar algumas das mudanças verificadas no

âmbito educacional, que se reflectiram na formação dos professores e, conseqüentemente, na própria actuação e composição do corpo docente. Em termos da realidade educacional concreta ampliou-se consideravelmente o ensino primário que, de vinte e sete mil escolas em 1932, passou a mais de quarenta mil em 1939; elevou-se também de cinquenta e seis mil até setenta e oito mil o número de professores a seu serviço, o que significou uma real expansão desse ramo de ensino, que, entretanto, ainda não conseguia atender, nem de longe, à totalidade da população infantil em idade escolar. De modo geral, percebe-se uma maior preocupação das autoridades com a melhoria do ensino médio, fruto do apoio das classes médias ao governo instalado em 1930. Definiu-se uma forma única para todos os que buscavam estudos posteriores à escola primária e se criou a formação superior em educação, integrada à recém fundada Universidade de São Paulo (1934).

A partir de 1946 verificou-se um período de sedimentação e reorganização do ensino normal, com sua definição como curso de ensino médio de segundo ciclo, isto é, depois dos quatro anos de primário e quatro de curso ginasial então existente. A expansão constante desse tipo de curso, aumentada ainda mais pela criação de cursos nocturnos, não tinha nenhuma relação com as necessidades do mercado de trabalho, que se apresentava completamente saturado em São Paulo, o que nos leva a procurar descobrir que outros papéis essa escola estava desempenhando que não o específico de formação do corpo docente das escolas primárias ou, no dizer de Merton, suas funções latentes em contraposição a sua função manifesta<sup>25</sup>. A consulta a algumas obras significativas sobre o ensino normal e a carreira do magistério<sup>26</sup> possibilita ter uma melhor visão do assunto. O estudo de Gouveia (1970) foi conduzido nas escolas normais de São Paulo e Minas Gerais e mostrou claramente que somente as estudantes das camadas desfavorecidas social e económica-

**Quadro 3**  
**Diplomados pelas Escolas Normais**  
**Oficiais do Estado de São Paulo**  
**de 1920 a 1930**

ANOS	Sexo Masc. %	Sexo Femin. %	TOTAL
1920	27,26	72,74	631
1921	17,39	82,61	552
1922	14,07	85,93	462
1923	15,73	84,27	426
1924	13,92	86,08	388
1925	10,92	89,08	238
1926	11,79	88,21	263
1927	10,54	89,46	351
1928	9,89	90,11	536
1929	11,21	88,79	464
1930	11,39	88,61	1203

Fonte: Tanuri, 1979, p. 193.

## Formação do corpo docente e valores na sociedade brasileira

**Quadro 4**  
Matrículas nas Escolas Normais em São Paulo – 1954

Escolas	Cursos Diurnos			Cursos Nocturnos			Total
	Masc.%	Femin.%	Total	Masc.%	Femin.%	Total	
<i>Capital</i> Estaduais <sup>1</sup>	1,78	98,22	1237	32,71	67,29	373	1610
Livres	5,66	94,34	2935	49,06	50,94	742	3677
Total	4,51	95,49	4172	43,59	56,41	1115	5287
<i>Interior</i> Estaduais	24,97	75,03	10808	53,16	46,84	933	11741
Livres	12,70	87,30	6204	53,76	46,24	2338	8542
Municipais	34,88	65,12	473	45,49	54,51	499	972
Total	20,89	79,11	17485	52,52	47,48	3770	21255
Total geral	17,73	82,27	21657	50,48	49,52	4885	26542

<sup>1</sup> "Estadual" é a escola que é mantida pelo governo de uma das unidades federadas.

Fonte: Dados de Mascaro, 1956, p. 44.

mente pretendiam dedicar-se ao magistério, ao mesmo tempo que desempenhar uma profissão que lhes poderia garantir a subsistência e ascender socialmente, já que o magistério primário sempre foi considerado profissão de classe média<sup>27</sup>. Além dessa função, a escola normal era procurada por jovens que pretendiam frequentar curso superior logo após sua conclusão, não encontrando em sua localidade outro meio de atingi-lo (58%). Dessas, 26,9% diziam pretender exercer o magistério primário concomitantemente à frequência ao curso superior para poder sustentar-se<sup>28</sup>. Quase um quarto das normalistas (24%) da pesquisa de Gouveia (1970) destacou querer dedicar-se exclusivamente ao lar, o que faz supor-se que a escola normal era vista como um meio adequado para preparar-se para a vida de esposa e mãe<sup>29</sup>. Pereira destaca, citando José Querino Ribeiro, que inclusive educadores modernos (década de 60) compartilhavam essa visão. Ribeiro defendia a indispensabilidade da "formação pedagógica a toda a juventude feminina", dizendo que nenhuma das actividades ou disciplinas da escola escapava ao interesse de qualquer mãe de família<sup>30</sup>.

É preciso destacar que o ensino normal teve uma função muito importante tanto na história do sistema educacional da

Primeira República, como posteriormente. Se isso não acontecia no sentido de formar professores realmente competentes para o magistério primário, pelo menos atufava como meio de formar parcelas cada vez mais amplas da população, especialmente do sexo feminino, que se dirigiam para estótes diversos da economia ou para a vida doméstica.

O quadro 4 revela alguns dados interessantes sobre a composição da clientela das escolas normais em São Paulo, depois de ter sido autorizado o funcionamento de cursos nocturnos. Torna-se claro que nos cursos diurnos da capital de São Paulo havia uma maioria de alunos do sexo feminino, o que declinava razoavelmente nas escolas do interior do estado, o que faz supor-se que ainda estavam vigentes na ocasião padrões mais tradicionais de compor-

tamento e menor aceitação do estudo mais prolongado pela mulher. Também se torna evidente que nos cursos nocturnos - horário não adequado à frequência de mulheres - sua presença era muito mais fraca, podendo-se falar, então, em certo equilíbrio entre os dois sexos em sua clientela. Também nas escolas complementares a presença dos homens era mais pronunciada, o que, de acordo com Leonor Tanuri, "sugere a hipótese de que a escola complementar representou a solução para a continuidade da escolarização dos homens de condição económica não privilegiada nas cidades do interior, em uma época em que, como já foi mencionado, eram escassos os ginásios públicos"<sup>31</sup>.

A nova lei de orientação de ensino no país, promulgada em 1961 (nº 4.024) não introduziu modificações significativas na formação do professor e não teve repercussão na composição do magistério. Mas, em São Paulo, a reforma de 1968 antecipou, de certa forma, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional promulgada em 1971 (nº 5692), procurando diminuir a busca dos cursos formadores de professores primários à medida que ampliava a oferta de opções de ensino em nível de segundo ciclo. Assim, quando a lei federal de 1971 veio a dar ênfase à formação profissionalizante nesse nível de ensino fazendo da habilitação profissional uma de suas características fundamentais e buscando elevar a formação dos professores ao nível superior, isso so-

**Quadro 5**  
Brasil: Professores no Exercício no Curso Primário segundo o sexo, e área – 1964 e 1997

Área	Total		% Homens		% Mulheres		Sem form.	
	1964	1997	1964	1997	1964	1997	1964	1997
Norte	12.021	114.778	4,20*	20,40	95,80	79,33	-	0,27
Nordeste	53.767	473.187	2,26*	12,55	97,74	87,21	-	0,24
Leste	90.552	651.396	1,69*	13,76	98,31	86,02	-	0,22
Sul	123.864	266.540	6,93*	13,65	93,07	86,18	-	0,17
Centro-oeste	9.661	111.710	4,07*	17,15	95,93	82,64	-	0,21
BRASIL	289.865	1.617.611	4,64*	14,09	95,36	85,69	-	0,22

Esse dado se refere aos professores com curso normal concluído. A participação do sexo masculino entre os professores sem habilitação para as respectivas regiões era respectivamente 7,65, 5,38, 5,98, 14,95, 12,00 e para o país como um todo, 9,22%

Fontes: Censo Escolar, 1964 e Censo do Professor, 1997

## Formação do corpo docente e valores na sociedade brasileira

mente veio completar as primeiras medidas já tomadas em São Paulo.

Por fim, é preciso dar uma visão da composição do corpo docente no Brasil em tempos mais atuais, de modo que se possa avaliar sua distribuição por sexo e tecer algumas reflexões a respeito. Para isso observe-se o quadro 5, apresentado a seguir.

Percebe-se claramente uma diferença significativa entre os dados do primeiro censo escolar do país (1964) e dos mais recentes (1997). As elevadas porcentagens de participação feminina no corpo docente da escola elementar verificadas no ano de 64, declinaram sensivelmente nos tempos atuais. Isso pode ser devido a diferentes factores, entre os quais os mais prováveis são o atual. desemprego, que tende a tornar mais atractiva a actividade docente pela segurança que proporciona, já que até bem recentemente os professores públicos eram estáveis na função, e por uma certa elevação do nível de salários do magistério, especialmente nos municípios pequenos do interior do Norte e do **Nordeste, devido à** complementação dada pelo governo federal.

Aparentemente, as condições desfavoráveis do mercado de trabalho actual possivelmente levaram à reversão de uma forte tendência de feminização verificada no magistério primário no Brasil, o que em curto e talvez até médio prazo não deve se modificar.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se viu, o processo de feminização da profissão de professor tornou-se visível no fim do século passado, mas já se havia iniciado bem antes, à medida que os próprios responsáveis pela educação no país consideravam a mulher como educadora nata e que os valores vigentes na sociedade encaravam essa actividade como adequada ao sexo feminino. Soma-se a isso a necessidade de encaminhar as moças pobres ao exercício de uma profissão digna, que lhes garantisse o sustento, e se tem o

quadro completo: profissão feminina, desprestigiada, mal remunerada, com baixo nível de qualificação e desempenhada por representantes das camadas inferiores da população, aspirantes à ascensão social. Como nunca se teve preocupação no Brasil com a formação que as camadas populares recebiam na escola, já que a elite e também muitas vezes a classe média enviavam seus filhos aos colégios particulares, não era importante o fato de que professoras assim formadas se tornassem responsáveis pela formação de novas gerações.

O currículo das escolas normais era frequentemente criticado por se dirigir principalmente a uma clientela feminina, o que, na prática, era verdade, pois este sexo frequentava em número muito reduzido os poucos cursos "ginasiais", instituições que serviam principalmente à elite masculina da época, que se dirigiria posteriormente ao ensino superior. Esse fenómeno estava tão evidente que um colunista do jornal O Estado de São Paulo, ao comentar em 1925 a reforma estadual introduzida nesse ano no ensino, assim se expressava: "É preciso acabar com essa nova espécie de bacharelismo feminino constituída pelas escolas normais"<sup>32</sup>. Com a grande expansão dos cursos normais a partir de 1950 e a criação dos cursos nocturnos, esses estabelecimentos começaram a ser procurados novamente pelo sexo masculino, mas isso não significou, segundo Mascaro, um novo interesse despertado pela profissão docente entre os homens, senão uma busca da função propedêutica que esses cursos passaram a ter, ou seja, a possibilidade de frequentar um curso secundário como um "caminho ideal, menos árduo e mais prático, porque menos pesadas as obrigações escolares e menos onerosos os gastos, para a escola superior - de cuja fascinação são presas multidões de estudantes que sonham com o diploma universitário ou melhor, com o título de doutor"<sup>33</sup>.

Assim, considerando todo esse passado que precedeu e influenciou fortemente a realidade educacional brasileira actual., de modo

geral, e, em particular, a formação e a actuação dos professores destinados às escolas elementares (hoje denominadas primeiras séries de ensino fundamental), não se pode deixar de entender o porquê da feminização da profissão do professor no Brasil. •

### BIBLIOGRAFIA

- AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira*. 4.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1964.
- BITTENCOURT, R. A educação brasileira no Império e na República. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, 19(49):41-76, 1953.
- CAMPOS, Maria Christina S. de S. *Vergangenheit und Gegenwart der Lehrerbildung in Brasilien. Eine Analyse der Beziehungen zwischen Lehrerbildung und gesellschaftlichem Modernisierungsprozess*. Anuario, Münster, n. 8, 1982.
- \_\_\_\_\_. Formação do magistério em São Paulo: do Império a 1930. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, (72):3-16, fev. 1990.
- \_\_\_\_\_. A formação dos professores no Brasil: do Império à Primeira República. *Cadernos CERU*, São Paulo, série 2, (3):89-112, 1991.
- GOUVEIA, Aparecida Joly. *Professoras de amanhã: um estudo de escola ocupacional*. 2.ed. ver. São Paulo: Pioneira, 1970.
- \_\_\_\_\_; HAVIGHURST, R. *Ensino médio e desenvolvimento*. São Paulo: Melhoramentos, 1969.
- HARTFIEL, Günter. *Wörterbuch der Soziologie*. Stuttgart: Alfred Kröner Verlag, 1972.
- HOLANDA, Sérgio B. de; CAMPOS, Pedro M. A educação. In: *O Brasil monárquico*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971. p. 366-383.
- LOURENÇO Filho, M. B. A formação do professorado primário. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, 23(57):42-51, jan./mar. 1955.
- MASCARO, Carlos C. *Exames vestibulares nas Escolas Normais*. São Paulo: USP/FFCL, 1955, (Cadernos da Faculdade, n. 8).

## Notas sobre a evolução da população na cidade do Porto e dos concelhos limítrofes entre os séculos XIX e XX

O alargamento de funções e de modos de vida que tradicionalmente caracterizaram a cidade do Porto a espaços anexos e próximos tem-se acentuado desde os anos quarenta do século XX, verificando-se, por consequência, que as populações dos concelhos limítrofes à velha cidade apresentam um crescimento relativo superior. Os anos quarenta correspondem ao início da suburbanização em redor dos dois grandes centros urbanos de Lisboa e do Porto (Salgueiro 1992: 45), em virtude da fixação nos novos espaços em urbanização de gente que para aí migrou a partir, nomeadamente, de uma redistribuição de lugares de trabalho e de habitações. Entre o início dos anos quarenta e o início dos anos setenta a expansão demográfica para fora dos limites da cidade do Porto tem maior expressão em termos relativos nos concelhos de menor número de habitantes: Maia, Gondomar e Matosinhos. O ritmo de crescimento foi sempre menor no concelho de Gaia, aquele que, a seguir ao do Porto, apre-

senta neste período o maior número de habitantes. A cidade, com as suas funções típicas e o seu modo de vida, cresceu assim para onde podia, desenvolveram-se nos concelhos centralidades, duplamente dinamizadas pela instalação dos migrantes provenientes de concelhos mais distantes e por muitos que, em determinada altura das suas vidas, optaram por aí fixarem residência em detrimento da permanência no centro urbano. Referindo-se ao forte crescimento demográfico e habitacional dos concelhos em redor do Porto na década de setenta, Guichard sublinha a selectividade económica do espaço como factor determinante na saída de gente da cidade: “Ora, o metro quadrado portuense nunca foi tão raro e tão caro: agora o conforto busca-se na periferia.” (1994: 535). Certo é que o fosso entre crescimentos absoluto e relativo dos concelhos fronteiriços e da cidade se vai progressiva e cumulativamente alargando entre décadas com um primeiro registo de crescimento negativo da popu-

lação do Porto em 1970. O facto da cidade perder população em proveito dos espaços contíguos e ser, justamente, a partir desses espaços que a maior parte dos migrantes se desloca para a cidade - num movimento de parcial recuperação -, sustenta a existência de uma forte interacção entre o Porto e esses concelhos e, ao mesmo tempo, deixa perceber a necessidade de se considerar a migração desses espaços para a cidade como uma migração de características diferentes daquela que resulta de deslocamentos de espaços mais longínquos, interiorizados e rurais. O crescimento demográfico em redor dos concelhos fronteiriços e próximos da cidade do Porto, numa evolução paralela a outras cidades iguais ou de maiores dimensões, corresponde, na perspectiva de Fortuna (1997: 8) a uma resposta histórica das classes médias. Face à existência de mais empregos e habitações de mais fácil aquisição ou arrendamento nestes espaços dá-se a transferência de pessoas a partir do Porto fomentando-se, com

## Formação do corpo docente e valores na sociedade brasileira

MERTON, Robert K. *Sociologia, teoria e estrutura*. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

MOACYR, Primitivo. *A instrução e o Império*. São Paulo: Nacional, 1936-1938. 4 vol.

\_\_\_\_\_. *A instrução e as Províncias*. São Paulo: Nacional, 1939. 3 vol.

O ESTADO DE SÃO PAULO. *A reforma estadual do ensino (VI)*. São Paulo, 01 jul. 1925, p. 4.

PEREIRA, Luiz. O magistério primário na sociedade de classes. São Paulo: USP/FFCL, 1963. (Boletim n.º 277, Cadeira de Sociologia I, n. 10).

RODRIGUES, João L. *Um retrospecto:*

alguns subsídios para a história pragmática do ensino público em São Paulo. São Paulo: Instituto D. Ana Rosa, 1930.

SÃO PAULO, Departamento Estadual de Informações. *Centenário do Ensino Normal em São Paulo: 1846-1946*. São Paulo: Departamento Estadual de Informações, 1946.

SILVA, Geraldo B. *A escola secundária*. São Paulo: Nacional, 1969.

SODRÉ, Nelson W. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

TANURI, Leonor M. Contribuição para o estudo da Escola Normal no Brasil. *Pesquisa e Planejamento*, São Paulo, (13):7-98, dez. 1970.

\_\_\_\_\_. *O Ensino Normal no Estado de São Paulo: 1890-1930*. São Paulo: USP/ Faculdade de Educação, 1979. (Estudos e Documentos, v. 16).

### NOTAS

- 24 Sodré, Nelson W., 1973, p. 310.
- 25 Merton, 1970, p. 118.
- 26 Gouveia, 1970; Pereira, 1963 e Gouveia e Havighurst, 1969.
- 27 Pereira, 1963.
- 28 Id., *ibid.*, p. 86.
- 29 Gouveia, 1970, p. 29.
- 30 Apud Pereira, 1963, p. 37.
- 31 Tanuri, 1979, p. 117.
- 32 A Reforma Estadual do Ensino, 1925, p. 4.
- 33 Mascaro, 1956, p. 39.

## Notas sobre a evolução da população na cidade do Porto

isso, o alargamento da cidade. Ao mesmo tempo, essas saídas são factor de alteração continuada do equilíbrio económico e social interno. A ruptura espacial e temporal que o processo descrito implicou e continua a implicar, por cada vez mais se verificar a tendência para uma parte da população optar por residir fora da cidade do Porto, resulta na conjugação num espaço bastante mais vasto do que a cidade, numa área que passou de 41,7 Km<sup>2</sup> para 818,4 Km<sup>2</sup>, e que corresponde à metrópole "ainda por fazer", ou seja, em que as características urbanas se confundem, em alternância, num contínuo espacial de feição semi-urbana, semi-rural e rural mais ou

do Porto cresceu sempre mais e de forma cumulativa: cerca do dobro entre 1940 e 1950, cerca do triplo entre 1950 e 1960 e a uma distância notável entre 1960 e 1970, pois que estes aumentam em 72.000 habitantes enquanto que a cidade do Porto perde 1.700. Por comparação de concelho a concelho, entre 1940 e 1950, o crescimento da população da cidade, de 22.900 habitantes, foi maior do que o verificado em Gaia, concelho que lhe está mais próximo, e que foi de 14.000; mas na década seguinte a situação inverte-se: Gaia cresce 23.600 habitantes e o Porto fica-se pelos 22.000; entre 1960 e 1970 a distância agrava-se sem precedentes: Gaia continua a

10.400, Gondomar 19.400 e Matosinhos 19.900.

A tendência de alargamento da população urbana em extensão geográfica e, ao mesmo tempo, com a cidade do Porto a perder população, isto é, a perder capacidade atractiva desde a década de cinquenta, de tal forma que o núcleo urbano foi já ultrapassado em número de habitantes pelo concelho que lhe está mais próximo, Gaia. Aliás, a extensão das funções urbanas é desde a década de oitenta mais abrangente e a designada Área Metropolitana do Porto inscreve também os concelhos de Espinho, Póvoa de Varzim e Vila do Conde, sendo idêntica (embora a menor ritmo do que o verificado para

### Quadro I

Porto e concelhos limítrofes: números absolutos e percentagens (população residente - milhares)

Concelhos	1940	1950	1960	1970	1950-1940	1960-1950	1970-1960	1940-50	1950-60	1960-70	crescimento percentual em relação à cidade do Porto. A perda relativa da população da cidade do Porto tem-se acentuado nos anos mais recentes, muito embora também tenham diminuído os ritmos de crescimento demográfico nos concelhos fronteiriços e próximos, consequência,
	a	b	c	d	(b-a)	(c-b)	(d-c)	percentual	percentual	percentual	
Gondomar	61,8	71,1	84,6	104,0	9,3	13,5	19,4	15,0	19,0	22,9	
Maia	37,0	43,9	53,6	64,0	6,9	9,7	10,4	18,6	22,1	19,4	
Matosinhos	63,1	73,8	91,0	110,9	10,7	17,2	19,9	17,0	23,3	21,9	
V. N. de Gaia	119,7	133,8	157,4	179,8	14,1	23,6	22,4	11,8	17,6	14,2	
Total	281,6	322,6	386,6	458,7	41,0	64,0	72,1	14,6	19,8	18,6	
Cidade do Porto	258,5	281,4	303,4	301,7	22,9	22,0	-1,7	8,9	7,8	-0,6	

Fonte: censos de 1940 a 1970.

menos acentuada. Mas é preciso igualmente lembrar que essa metrópole tem hoje idêntico poder de atracção sobre as populações dos mesmos espaços, fundamentalmente confinados ao Norte do país, que no passado se relacionava profundamente com a cidade do Porto (cf. Guichard 1994: 527). Entre as décadas de 1940 e de 1970, o conjunto dos concelhos fronteiriços à cidade

crescer, 22.400 habitantes, e o Porto perde 1.700, enquanto que todos os outros concelhos crescem consideravelmente: Maia

### Quadro II

População residente, área e densidade populacional nos concelhos da Área Metropolitana do Porto

	1991	1997	Área	Densidade	Crescimento	Área	Densidade
	(a)	(b)	Km <sup>2</sup>	hab./Km <sup>2</sup> - 1997	Percentual 1991-1997	Km <sup>2</sup>	hab./Km <sup>2</sup> - 1997
Área Metropolitana	116780	119685	818,4	1464,2	2,5	100*	100*
Espinho	34956	36180	21,4	1689,1	3,5	2,6	115,0
Gondomar	143178	152020	133,3	1140,8	6,2	16,3	78,0
Maia	93151	102410	83,7	1223,5	9,9	10,2	84,0
Matosinhos	151682	164690	62,3	2643,5	8,6	7,6	181,0
Porto	302472	270060	41,7	6482,5	-10,7	5,1	443,0
Póvoa de Varzim	54788	58120	81,9	709,3	6,1	10,0	48,0
Valongo	74172	80410	73,0	1101,7	8,4	8,9	75,0
Vila do Conde	64836	67300	149,3	450,7	3,8	18,2	30,8
Vila Nova de Gaia	248565	265660	170,8	1555,2	6,9	20,9	106,2

\* Grande Porto = 100 Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Norte, 1998.

## Notas sobre a evolução da população na cidade do Porto

nomeadamente, da queda dos níveis de natalidade e de fecundidade verificados a partir da segunda metade dos anos oitenta. A cidade do Porto continua a ter incomparavelmente os maiores níveis de densidade populacional, muito embora o espaço que a define seja o mais pequeno de todos os concelhos que com ele fazem fronteira e o segundo mais pequeno, depois de Espinho, no contexto da Área Metropolitana do Porto.

Esta evolução que o espaço urbano da cidade do Porto e as zonas circundantes sofreram encontra explicação essencialmente a dois níveis: em primeiro lugar, devido às condicionantes geográficas: a implantação da cidade na margem direita do rio Douro e o seu crescimento “quase” concêntrico e de alargamento entre freguesias que a constituem e, bem assim, para concelhos que com ela fazem fronteira ou dela estão próximos; mas também por condicionantes históricas: a importância do tempo que a foi edificando, equipando de infra-estruturas, certamente reestruturadas nos objectivos e funções, que concorrem para lhe tornar cada parcela de terreno economicamente concorrencial e selectiva em relação a espaços mais distantes da centralidade principal. Pouco a pouco, o Porto das fábricas e das habitações foi e vai cedendo lugar a espaços de serviços e de lazer, revalidando as suas infra-estruturas do período fordista e constituindo-se cada vez mais, por um lado, numa cidade pós-moderna de acordo com o sentido que é dado por Mommaans (1997: 166) à expressão em referência às cidades industrializadas do século XIX (espaços hoje com centros comerciais, zonas ribeirinhas, cafés, esplanadas e outro tipo de equipamentos vocacionados para o lazer) e, por outro lado, con-

servando de forma o mais intacta possível espaços que lhe asseguram a identidade, que fazem parte da sua história, e com os quais, incluindo monumentos, as populações da cidade e de fora da cidade num extensão ampla que extravasa o âmbito regional se identificam: a cidade tende, dessa forma, a constituir-se como uma espécie de grande museu. Tratou-se a propósito, por exemplo, da elevação de parte do espaço da cidade do Porto a património mundial, justamente o espaço central. Ora essa imagem e essa reestruturação na vida e nas funções da cidade contrasta, paradoxalmente, com o rótulo que historicamente se lhe atribui de “cidade do trabalho”, sendo cada vez menos escolha prioritária para viver, pelo menos em relação àqueles que, ou por casamento ou por outro motivo, adquirem ou arrendam habitação. Para além do mais, a cidade mantém muitos dos seus espaços inalterados mesmo que estes em nada contribuam para a sua imagem como espaço central. As ilhas da cidade são porventura um excelente exemplo do que se desejaria alterar mas que permanece no essencial intacto. Já não albergam seguramente cerca de 1/3 da população da cidade como acontecia em finais do século XIX (Pereira 1995: 65) mas fisicamente permanecem como uma marca da urbanidade e como espaços de residência à parte que são também espaços sociais à parte. As antigas funções que o Porto cidade congregava e desenvolvia em absoluto estão cada vez mais espalhadas em seu redor, na Área Metropolitana do Porto, e com extensão para outros concelhos, como Paredes, Paços de Ferreira e Lousada (Salgueiro 1992: 96), o que faz deste espaço alargado um espaço de continuidade ou, se se quiser, de não contrastes. Está presente a in-

teracção estreita entre as diferenças que caracterizam cada espaço, assim como uma constante ligação de redes feitas por pessoas que circulam e vivem entre a cidade e cada um desses concelhos. Não é certo que a cidade do Porto tenha historicamente exercido qualquer função central marcante em relação à região (Mattoso *et al.* 1997: 17) e desta para com o resto do país. Só a partir da década de quarenta do século XX assistimos ao plasmar do Porto cidade para espaços fronteiriços e próximos e, por consequência, à criação de uma ideia feita a partir do exterior da região com a cidade. E por referência a determinadas infra-estruturas ou determinados eventos existentes ou actantes fora da área da cidade do Porto é sempre o seu nome que aqueles que estão distantes invocam. Alguém que seja de fora da região não diz habitualmente, por exemplo, que o aeroporto se situa nos concelhos da Maia e de Matosinhos, como, de facto, acontece, mas sim que se situa no Porto. A que Porto se refere? certamente ao Porto metrópole, à região que a cidade representa segundo a percepção dos que lhe estão distantes. E essa percepção foi-se criando com o alargamento da cidade aos espaços mais próximos, em vias de comunicação, em interacções económicas, sociais e culturais (cf. Guichard 1994: 534). A centralidade da cidade do Porto em relação a um espaço ainda mais vasto do que o das delimitações geográficas referidas é também visível pelas migrações pendulares que, diariamente, fazem deslocar milhares de pessoas entre as suas residências e os seus locais de trabalho. Se no passado as insuficientes estruturas e infra-estruturas de comunicação e as fortes assimetrias verificadas entre a cidade e os espaços mais ou menos

## Notas sobre a evolução da população na cidade do Porto

interiorizados conduziam às migrações internas, sendo essas deslocações a marca da influência e da importância da cidade em relação a toda uma região - sem, no entanto, se descurar a mobilidade que a pé diariamente se efectuava entre a cidade e os concelhos próximos -, no presente são cada vez mais as deslocações quotidianas e a qualidade de vida que a cidade oferece ou pode oferecer que estabelecem essa centralidade em relação a espaços que com ela concorrem numa dinâmica muito mais acentuada do que então existia. É que em cada concelho próximo desenvolveram-se também centralidades de carácter urbano, habitação a preços mais moderados e espaços que apresentam maior poder de atracção em relação a certas zonas residenciais da cidade. A qualidade de vida, a começar por questões ambientais, é bem maior em muitos desses espaços, onde existem acessibilidades rápidas e boas em diferentes sentidos, sem o enorme problema diário que é o congestionamento do trânsito na cidade, particularmente nas horas mais importantes de entradas e de saídas dos empregos. Empolaram-se, por outro lado, as relações entre o Porto e cada um dos concelhos próximos que foram crescendo em actividades e em população e estreitando-se, por isso mesmo, as relações entre espaços.

A partir da evolução das densidades desde a década de 1940, Salgueiro (1992: 98) refere o desenvolvimento de coroas de crescimento demográfico que se formam do centro para as margens, isto é, cuja importância decresce na razão do maior afastamento à cidade do Porto. O processo de diferenciação dos espaços pela importância relativa das respectivas densidades tem no núcleo urbano ou Centro

Histórico a sua evolução e micro configuração que se veio a reproduzir em relação a toda uma área alargada que se tem vindo a referir: Miragaia, São Nicolau, Sé e Vitória; e, de forma mais alargada, as freguesias que estiveram mais intensamente relacionadas com o desenvolvimento industrial a partir do século XIX: Cedofeita, Bonfim, Massarelos e Santo Ildefonso. Umas e outras foram justamente as que entre a década de quarenta e a década de setenta, quando grande parte dos migrantes cujos percursos observamos se instalou no Porto, viram diminuir o número de residentes. Quanto ao núcleo ou Centro Histórico, Miragaia foi a freguesia que perdeu menos população, 0,3%; São Nicolau 9,0%; Sé 31,5%; e Vitória 37,7%. Nas freguesias que sofreram intensamente os efeitos da pós-industrialização as perdas de habitantes foram, nesta fase, menos significativas: Cedofeita 18,4%; Bonfim 8,1%; Massarelos 6,7%; e Santo Ildefonso 18,7%. As freguesias periféricas da cidade, as que ao longo do processo de industrialização e que até bem tarde no século XX conservaram fortes traços de ruralidade, ao invés, aumentaram o número de habitantes durante o período con-

siderado, expandindo-se fundamentalmente como espaços residenciais e de serviços múltiplos e não pelo desenvolvimento específico de qualquer sector ou sub-sector. Aldoar aumentou o número de residentes 573,5%; Campanhã 74,1%; Foz do Douro 18,1%; Lordelo do Ouro 85,7%; Nevogilde 70,3%; Paranhos 38,1%; e Ramalde 115,9%. A população da cidade cresceu 16,7% saldando-se no censo de 1970 por 301.655 residentes.

Entre os anos oitenta e os anos noventa, a diminuição de residentes intensificou-se consideravelmente em cada um dos espaços considerados. No núcleo ou Centro Histórico, Miragaia perdeu 26,1% dos residentes; São Nicolau 18,2%; Sé 30,0%; e Vitória 30,9%. Pelo censo de 1991, no conjunto, estas freguesias representam 7311 famílias num total de 20.342 residentes (2,8 indivíduos por família, em média). Constituem o espaço núcleo da cidade onde os pobres estão cada vez mais pobres e a população tem progressivamente envelhecido. Apesar dos avultados investimentos realizados pela câmara municipal desde 1975 (Plano Municipal de Recuperação do Centro Histórico), de que resultou a recuperação de 458 habitações

**Quadro III**

**População residente na cidade do Porto, por freguesias**

Freguesias	1940	1950	1960	1970
Aldoar	1749	2835	6050	11780
Bonfim	41260	42501	42105	37925
Campanhã	25972	35475	40035	45215
Cedofeita	41835	42796	40196	34145
Foz do Douro	8491	9890	10891	10095
Lordelo do Ouro	9440	10260	15539	17525
Massarelos	11148	11222	12252	10400
Miragaia	7519	8620	8316	7500
Nevogilde	2419	4229	5290	4120
Paranhos	34498	37507	44986	47635
Ramalde	13808	19150	21064	29805
Santo Ildefonso	25581	25426	26219	20810
São Nicolau	7881	7685	7825	7175
Sé	16876	15827	14651	11555
Vitória	9578	7716	8001	5970
População embarcada	493	267	4	-
<b>Total</b>	<b>258548</b>	<b>281406</b>	<b>303424</b>	<b>301655</b>

Fonte: censos de 1940, 1950, 1960 e 1970.

## Notas sobre a evolução da população na cidade do Porto

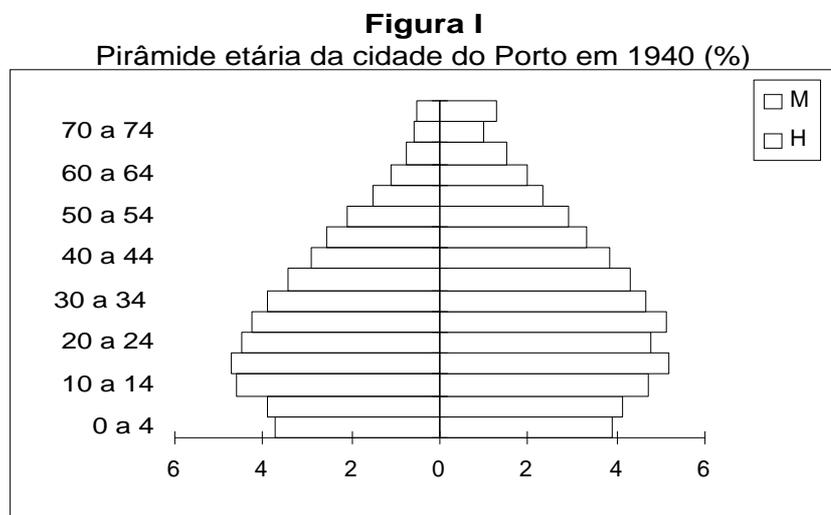
e um investimento global de 3,23 milhões de contos, os resultados não foram de molde a revitalizar a zona residencial e a fixar a população. Houve deslocação de pessoas de muitos prédios para os poderem restaurar que, depois da conclusão dos trabalhos, não regressaram. Apesar do referido, o parque habitacional do Centro Histórico está bastante degradado. Por sua vez, o núcleo das freguesias mais desindustrializadas continuou a perder população entre os censos de 1981 e 1991: Cedofeita 13,0%; Bonfim 10,6%; Massarelos 7,6%; e Santo Ildefonso 28,4%. Estas freguesias representam 32.456 famílias e um total de 90.354 residentes (2,8 indivíduos por família, em média). É o núcleo cujas freguesias têm mais ilhas por metro quadrado (Cedofeita, Bonfim, Santo Ildefonso), a contrastar com as grandes habitações que vieram ocupar o lugar das antigas fábricas, com os centros comerciais e com as lojas e escritórios. A terciarização expandiu-se significativamente ocupando cerca de  $\frac{3}{4}$  da população activa (cf. Domingues 1993: 201-289). Os grandes empreendimentos não vieram, contudo, substituir muito do casario erigido ao longo do período de forte industrialização sendo no presente visíveis as consequências dessa inércia: só no Bonfim são milhares de casas degradadas e de ilhas insalubres sem quaisquer condições de qualidade de vida. São sobretudo as zonas habitacionais das Eirinhas, da Lomba, da Póvoa, de São Vitor ou da Escarpa das Fontainhas. Nas freguesias periféricas, à excepção de Campanhã e de Paranhos, que perderam, respectivamente, 0,4% e 2,5% dos seus residentes, continuou a verificar-se crescimento demográfico, embora a ritmo bem mais moderado. Aldoar aumentou o número

de residentes em 18,7%; Foz do Douro 7,8%; Lordelo do Ouro 0,5%; Nevogilde 1,4%; e Ramalde 5,1%. Este conjunto de freguesias representa 59.558 famílias num total de 191.800 residentes (3,2 indivíduos por família, em média). Aqui situam-se as freguesias de periferia que não tiveram expressão directa na industrialização oitocentista e ao longo do século XX (muito embora a desencadeassem, como aconteceu com a criação da linha de caminho de ferro e da estação que se estabeleceu na freguesia de Campanhã), tornando-se progressivamente espaços de população deslocada do Centro Histórico e das freguesias desindustrializadas. Assumiram profundamente a função de espaços residenciais, quer na forma de bairros sociais e de habitações particulares quer por alguma selectividade (como no caso das freguesias de Nevogilde ou da Foz do Douro) e as funções comercial e de serviços, em que se destaca a freguesia de Paranhos com a concentração das zonas universitária e hospitalar que, em migração pendular, para aí fazem deslocar diariamente milhares de pessoas. A população global da cidade diminuiu 7,6%, saldando-se no último

censo em 302.472 residentes. Mas as estimativas feitas para o ano de 1997 dão conta de uma diminuição para 270.060, o correspondente a uma quebra de 10,7%. Conclusão: em períodos cada vez mais curtos, a população da cidade tem vindo a diminuir e, dada a sua estrutura etária envelhecida, assim parece que vai continuar.

A população da cidade tem vindo a envelhecer particularmente pelo crescimento do número de idosos. Em 1940 representavam 5,7% do total da população; a franja dos jovens, entre os 0 e os 14 anos, representava 25,0%; e os adultos e potencialmente activos, entre os 15 e os 64 anos, representavam 69,3%. A dependência de jovens e de idosos em relação aos adultos e potencialmente activos era de 30,7%<sup>1</sup>; e a capacidade de reprodução da população, expressa nos índices de maternidade, de tendência e de potencialidade<sup>2</sup>, era, respectivamente, de 24,4%, 94,9% e 126,7%.

Em 1991, os idosos passaram a representar 14,8% da população total da cidade, bem perto do triplo do que representavam trinta anos antes; os jovens diminuíram para 17,0% e os adultos e potencialmente activos re-



Fonte: censo de 1940.

## Notas sobre a evolução da população na cidade do Porto

presentam agora 68,3%, valor ligeiramente inferior ao de 1940. Mas a dependência de jovens e de idosos relativamente aos adultos e potencialmente activos, agora bastante mais relevante, é de 46,5%; e os índices de maternidade, de tendência e de potencialidade, 17,3%, 84,3% e 113,3%, respectivamente, assinalam claramente a quebra da capacidade reprodutiva da população urbana.

O aumento da população nos concelhos da periferia deu-se, em parte, graças às faixas etárias jovem e adulta que da cidade do Porto para eles se deslocaram fixando residência. Que mudanças se terão operado na economia e na sociedade da cidade do Porto que promoveram a passagem de um espaço densamente povoado para um mesmo espaço em decréscimo e em envelhecimento dos seus residentes? A história da industrialização e da desindustrialização da cidade do Porto constitui porventura a explicação mais sustentada para essas mudanças. O surgimento da Estação Ferroviária de Campanhã, em 1877, veio dinamizar a cidade em finais do século XIX, transformando-lhe grande parte da feição rural que ainda a caracterizava. Rapidamente quase todo o seu espaço

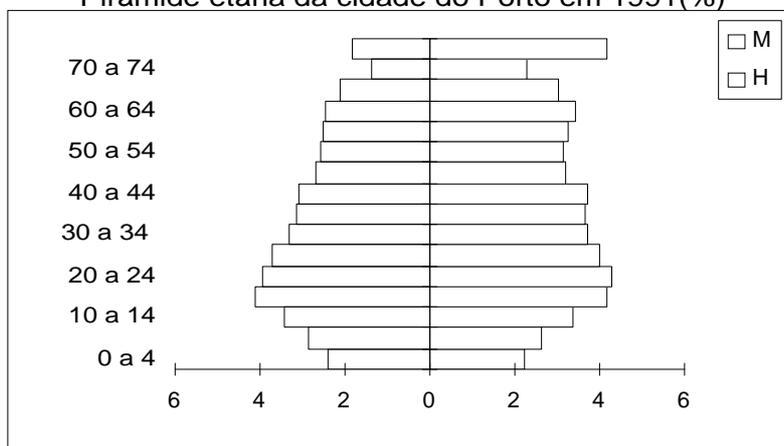
oriental se industrializou: em redor da estação foram-se estabelecendo indústrias transformadoras, relacionadas sobretudo com os têxteis e, particularmente, com o algodão, mas também com as moagens, a fundição, a chapelaria, as artes gráficas, entre outras (Pereira 1995: 70), que empregavam milhares de trabalhadores recrutados, em grande parte, na agricultura, 1/5 da população da cidade entre 1890 e 1911, nos espaços periféricos da cidade e nos mais interiorizados do Norte do país. A este número será necessário juntar os milhares de tecelões que trabalhavam por conta dos industriais nos seus domicílios. Um sistema de produção que se generalizou na cidade de forma a provocar a concorrência suficiente para fazer baixar o valor do custo do trabalho em benefício dos investidores capitalistas. Quanto às fábricas, trata-se sobretudo de pequenas unidades onde domina o “fraco grau de apetrechamento tecnológico, com fracos investimentos, recorrendo a mão-de-obra barata e abundante, com baixos níveis de produtividade.” (Pereira 1995: 76).

É por este período que a situação habitacional da cidade começou a tornar-se caótica devido ao forte instalação de mão-

de-obra migrante. Entre 1878 e 1890, realça Matos (1994: 677), o número de migrantes na cidade era de cerca de 25.000, o equivalente a perto de três quartos do aumento demográfico que na altura se verificou. Na zona oriental da cidade estabeleceu-se uma importante indústria de fiação e de tecelagem que absorvia muita mão-de-obra feminina vinda de todos os pontos da cidade e de fora da cidade; o mesmo acontece com o emprego na Fábrica do Tabaco, sita no Campo 24 de Agosto, na freguesia do Bonfim. Aliás, o Bonfim concentrava algumas das unidades industriais mais importantes da cidade, como a fábrica de Pás de Ferro ou a companhia de Fiação de Tecidos do Porto (Pacheco 1988: 79). No final do século XIX, um conjunto de actividades paralelas às industriais desenvolve-se, dando resposta ao crescimento da população fixa e fluente e criando, ao mesmo tempo, condições para a fixação de novos migrantes: casas de pasto, tabernas, hospedarias, arrendamento de pequenos espaços por particulares, distribuição de refeições por “mulheres de almoços” junto dos operários das fábricas. Desde bastante cedo, por volta das seis da manhã, os operários oriundos dos mais diversos meios das redondezas - Gondomar, Maia, Valongo, Matosinhos - chegam, por várias estradas da cidade, aos seus postos de trabalho, guiados pelos apitos em estreito cumprimento do tempo fabril ou do tempo cronometrado a que muitos migrantes, com passado de trabalho ligado à agricultura, não estavam habituados. Só um pouco mais tarde se vão generalizando as carreiras de camioneta como, por exemplo, entre Gondomar e a Garagem Galiza, em São Lázaro, pelas empresas “Luxuoso”, designação bem elucidativa de que a utilização da camioneta não era para todos, o “Coelho”, o “Sarim” e outras que deram na

**Figura II**

Pirâmide etária da cidade do Porto em 1991(%)



Fonte: Censo de 1991.

## Notas sobre a evolução da população na cidade do Porto

actual empresa “Gondomarense”. Os troleicarros iniciaram a circulação na cidade em 1959 alargando progressivamente as carreiras quer no interior do espaço urbano quer em relação aos concelhos limítrofes de Gaia, Gondomar e Valongo. Nos anos sessenta estabeleceram-se as ligações por autocarro entre a cidade e os centros dos concelhos próximos e as principais áreas habitacionais, assim como se expandiram as carreiras de camioneta para o Ocidente, ou seja, em relação aos concelhos litorais de Matosinhos e Vila Nova de Gaia (Pacheco 1995: 7). A pouco e pouco também os carros de eléctricos começaram a facilitar a circulação de pessoas no interior da cidade: diferentes trajectos, da Estação de Campanhã, rua Pinto Bessa, rua do Heroísmo, Praça da Liberdade. Até ao final dos anos quarenta, mais propriamente até 1948 - quando os carros de bois foram proibidos de transitar na cidade - parte da circulação de produtos e da ligação comercial entre espaços rurais e a cidade era assegurada pelos carreiros que transportavam em carros de bois o trigo e o milho que chegava ao Porto de comboio. Trabalho penoso para os “moços” e para os animais que, carregados até ao limite dos 1200Kg que a lei permitia, tinham que subir as íngremes ruas da cidade, como a do Freixo. Apesar de tudo, o proveito dos 50 escudos por frete sempre era bem maior do que o amanhã das terras que estes foram deixando e que lhes davam muito trabalho e pouca recompensa: pelo São Miguel os proprietários não perdoavam os alqueires de milho e os almudes de vinho e para os que sol a sol faziam os campos no fim pouco ficava. Aos carros de bois substituíram-se as camionetas e desenvolveu-se uma actividade que havia de tirar mais gente aos campos que em cada ano iam somando abandonos das tarefas da

lavoura.

Entre finais do século XIX e inícios do século XX uma parte significativa da população residente na cidade não era daí natural. Em 1890 contavam-se como migrantes oriundos de concelhos do distrito do Porto 12,3% da população residente, em 1900 12,8% e em 1911 14,2%; quanto a migrantes oriundos de outros distritos, eles eram 27,9%, em 1890, 28,2%, em 1900, e 27,3%, em 1911. Para os três momentos, o peso dos estrangeiros no total da população residente era, respectivamente, de 4,1%, 3,1% e 2,6%. Ou seja, o total de migrantes foi sempre bastante significativo: 44,3% em 1890, 44,1% em 1900 e 1911 (cf. Pereira 1995: 54). Entre 1841 e 1911 as freguesias que mais cresceram foram Cedofeita e Bonfim: de 9 para 30 mil habitantes e de 8 para 32 mil habitantes, respectivamente (Serén e Pereira 1994: 403). Foi sobretudo nas freguesias em redor do núcleo urbano que a cidade se expandiu e onde se deu o maior desenvolvimento industrial e comercial e, conseqüentemente, para onde confluíram mais pessoas. •

---

### DOCUMENTOS

---

Censos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1981 e 1991.

---

### BIBLIOGRAFIA

---

- DOMINGUES, Álvaro António Gomes  
1993 *Serviços às empresas – concentração metropolitana e desconcentração periférica*. 2 vols. Porto: dissertação apresentada à faculdade de Letras da Universidade do Porto para doutoramento em Geografia Humana (popicopiada).
- FORTUNA, Carlos  
1997 “Introdução: sociologia, cultura urbana e globalização”, in *Cidade, cultura e globalização* (org. Carlos Fortuna). Oeiras: Celta Editora: 1-28.
- GUICHARD, François  
1994 “O Porto no século XX”, in *História do Porto* (dir. Luís de Oliveira

Ramos). Porto: Porto Editora: 522-637.

MATOS, Fátima Loureiro de

1994 “Os bairros sociais no espaço urbano do Porto: 1901-1956”, in *Análise Social*. Vol. XXIX (127). Lisboa: 677-695.

MATTOSO, José *et al.*

1997 *Portugal – o sabor da terra*. Porto. Lisboa: Círculo de Leitores.

MOMMAANS, Hans

1997 “Modernidade, globalização e crise do modernismo social. Fragmentação urbana em Tilburg”, in *Cidade, cultura e globalização* (Carlos Fortuna org.). Oeiras: Celta Editora: 165-187.

PACHECO, Elsa Maria Teixeira

1995 “Os transportes rodoviários de passageiros no grande Porto”, in *VI Colóquio Ibérico de Geografia – Actas*. Vol. I. Porto: Universidade do Porto: 3-12.

PACHECO, Helder

1988 *Porto*, 3ª ed. Lisboa: Editorial Presença

PEREIRA, Gaspar Martins

1995 *Famílias portuenses na viragem do século (1880-1910)*. Porto: Edições Afrontamento.

SALGUEIRO, Teresa Barata

1992 *A cidade em Portugal. Uma geografia urbana*. Porto, 2ª ed.: Edições Afrontamento.

SERÉN, Maria do Carmo e PEREIRA, Gaspar Martins

1994 “O Porto oitocentista”, in *História do Porto* (dir. Luís de Oliveira Ramos). Porto: Porto Editora: 376-521.

---

### NOTAS

---

- 1 É o designado índice de dependência total e corresponde (população dos 0 aos 14 anos + população com 65 e + anos)/(população entre os 15 e os 64 anos)\*100.
- 2 Índice de maternidade = (população dos 0 a 4 anos/população feminina entre 15 e os 49 anos)\*100.
- Índice de tendência = (população dos 0 a 4 anos/população dos 5 aos 9 anos)\*100.
- Índice de potencialidade = (população feminina entre 20 e os 34 anos/população feminina entre os 35 e os 49 anos)\*100.

**AMORIM, Maria Norberta e CORREIA, Alberto,** *Francisca Catarina (1846-1940). Vida e Raízes em S. João do Pico (Biografia, Genealogia e Estudo de Comunidade)*, Neps/ICS – Universidade do Minho, Guimarães, 1999.

[3 800\$00 / 18,95 €]

**AMORIM, Maria Norberta,** *Ribeiras do Pico. (Finais do séc. XVII a finais do séc. XX). Microanálise de evolução demográfica*, Neps/ICS – Universidade do Minho, Guimarães, 2001.

[1 800\$00/ 8,98 €]

**BARBOSA, Maria Hermínia Vieira** (com a colaboração de **Anabela de Deus Godinho**), *Crises de mortalidade em Portugal, desde meados do século XVI até ao início do século XX*, Neps/ICS – Universidade do Minho, Guimarães, 2001.

[1 250\$00/ 6,23 €]

**CARVALHO, Elza Maria Gonçalves Rodrigues de,** *Basto (St.ª Tecla) - Uma Leitura Geográfica (do século XVI à contemporaneidade)*, Neps/ICS – Universidade do Minho, Guimarães, 1999.

[3 800\$00/ 18,95 €]

**FARIA, Inês Martins de,** *Santo André de Barcelinhos. O difícil equilíbrio de uma população – 1606-1910*, Neps/ICS – Universidade do Minho, Guimarães, 1998.

[3 000\$00/ 14,96 €]

**GOMES, Maria Palmira Silva,** *Estudo Demográfico de Cortegaça – Ovar (1583-1975)*, Neps/ICS – Universidade do Minho, Guimarães, 1998.

[3 000\$00/ 14,96 €]

**NEVES, António Amaro das,** *Filhos das Ervas - A ilegitimidade no Norte de Guimarães, séculos XVI-XVIII*, Neps/ICS – Universidade do Minho, Guimarães, 2001.

[3 000\$00/ 14,96 €]

**MACIEL, Maria de Jesus,** *Imagens de Mulheres, Câmara Municipal de Lajes do Pico/ICS – Universidade do Minho, Guimarães, 1999.*

[1 800\$00/ 8,98 €]

**SANTOS, Carlota Maria Fernandes dos,** *Santiago de Romarigães, comunidade rural do Alto Minho: Sociedade e Demografia (1640-1872)*, Câmara Municipal de Paredes de Coura - Neps/ICS – Universidade do Minho, Guimarães, 1999.

[3 000\$00/ 14,96 €]

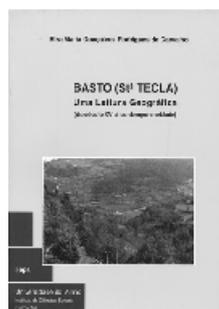
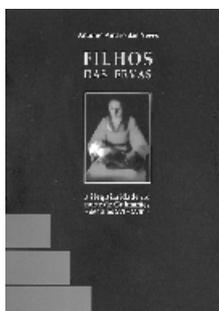
**SCOTT, Ana Sílvia Volpi,** *Famílias, Formas de União e Reprodução Social no Noroeste Português (Séculos XVII e XIX)*, Neps/ICS – Universidade do Minho, Guimarães, 1999.

[3 800\$00/ 18,95 €]

**SOLÉ, Maria Glória Parra Santos,** *Meadela, Comunidade Rural do Alto Minho: Sociedade e Demografia (1593-1850)*, Neps/ICS – Universidade do Minho, Guimarães, 2001.

[3 800\$00/ 18,95 €]

Aos membros do Neps é concedido um desconto de 20% sobre o preço de capa. Os pedidos (acompanhados de cheque correspondente ao valor dos livros solicitados) devem ser encaminhados para a Secretaria do Núcleo de Estudos de População e Sociedade (Campus de Azurém da Universidade do Minho).



## Boletim Informativo nº 22 ■ Novembro de 2001

PUBLICAÇÃO DO:  
**NÚCLEO DE ESTUDOS  
DE POPULAÇÃO E SOCIEDADE**  
Instituto de Ciências Sociais  
Universidade do Minho  
Pólo de Azurém  
Guimarães

DIRECTORA:

**Maria Norberta Amorim**

EDITOR:

**António Amaro das Neves**

COORDENAÇÃO DA REDACÇÃO:

**Elisabete Pinto**

COLABORADORES DESTE NÚMERO:

**Maria Norberta Amorim, Maria  
Christina S. S. Campos,  
Rui Leandro Maia,  
Elisabete Pinto, António Amaro  
das Neves**

SECRETARIADO:

**Isabel Salgado, Daniel Freitas,  
Fátima Dias, Natália Silva, Sónia  
Fernandes, Victor Oliveira**

DEPÓSITO LEGAL  
n.º 125306/98

♦ Núcleo de Estudos  
de População e Sociedade  
Universidade do Minho,  
Pólo de Azurém  
4800-058 Guimarães

♦ Telefone/Fax:  
**253510187**

♦ e-mail:  
**neps@eng.uminho.pt**

♦ Mailling list:  
• endereço:  
**neps\_uminho@egroups.com**  
• subscrição:  
**neps-uminho-subscribe@egroups.com**

♦ URL:  
**www.eng.uminho.pt/~neps**

O Boletim Informativo do NEPS é uma publicação bimestral dedicada à divulgação das actividades do Núcleo de Estudos de População e Sociedade e dos trabalhos relacionados com Demografia Histórica e História das Populações. Agradece-se toda a colaboração que nos seja enviada, a qual será submetida à apreciação dos editores. Solicita-se o envio de notícias acerca de eventos, publicações e investigações nas áreas de Demografia Histórica e afins.

Os textos assinados são da exclusiva responsabilidade dos respectivos autores.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.daneprairie.com>.  
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.